

Exmo. Senhor
Professor Doutor José Costa Lima
Diretor da Faculdade de Farmácia da
Universidade do Porto

N/Refº:Dir:AV/0117/14

20-01-2014

Assunto: Posição do SNESup sobre o Projecto de Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto.

Vem o Sindicato Nacional do Ensino Superior (associação sindical de docentes e investigadores), abreviadamente designado por SNESup, e sem prejuízo de eventual formulação de propostas adicionais, apresentar um conjunto de considerações e propostas de alteração ao articulado do projeto de Regulamento em epígrafe.

I - Sobre a avaliação dos anos de 2004 a 2013 e o impacto do Regulamento na alteração do posicionamento remuneratório dos docentes

Como V. Exa. terá presente, a Universidade do Porto previu no seu Regulamento de Avaliação de Desempenho (RADUP), publicado em agosto de 2010, que a avaliação dos anos de 2004 a 2007 e 2008 e 2009 se operasse de acordo com o definido no seu artigo 28º sendo atribuído aos docentes um ponto por cada ano não avaliado, pontuação esta que seria comunicada aos docentes por cada unidade orgânica, podendo estes requerer a avaliação por ponderação curricular sumária para anos específicos em substituição da pontuação atribuída.

Ora esta possibilidade de avaliação por ponderação curricular possibilita, tal como o permitiu para a generalidade da Administração Pública com a publicação da Lei n.12º-A/2008, de 27 de fevereiro, a alteração da posição remuneratória dos docentes que venham a obter a pontuação necessária para tal.

Acontece, contudo, que por força da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, os anos de 2011 e seguintes já não relevam para progressão remuneratória, todavia a pontuação obtida pelos anos de 2004 a 2010 (inclusive), ainda que tardiamente avaliados, releva para a modificação da posição remuneratória, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2011.

A não serem tidos em conta estes aspetos, ficará bloqueada a progressão remuneratória de todos os docentes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (FFUP).

Neste sentido, e para que tal não suceda, sugerimos que, à semelhança do já adotado por outras Faculdades da UP e mesmo por outras Universidades, se possa prever:

- a realização da avaliação dos anos de 2004 a 2007 e 2008 e 2009 nos moldes previstos no artigo 28º do RADUP;
- a avaliação dos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 também nos mesmos moldes previstos no artigo 28º do RADUP;
- que a progressão no posicionamento remuneratório após a avaliação dos anos de 2004 a 2010, inclusive, produza efeitos a partir do primeiro dia do ano a seguir ao qual foi alcançada a pontuação mínima necessária para a progressão (tal como previsto no artigo 29º do RADUP);
- que o primeiro período de avaliação se inicie em 2014.

II - Sobre o articulado do Regulamento

Apresentamos, em anexo, uma série de propostas de alteração ao articulado do projeto de Regulamento recebido, a **Bold** no texto, com as respetivas justificações em *Itálico*, bem como um conjunto de comentários também em *Itálico*.

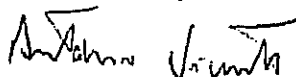
Relativamente ao Anexo II somos a dizer que quanto aos inquéritos aos estudantes sugere-se que seja possibilitado ao docente pronunciar-se sobre os resultados dos mesmos podendo aduzir razões que impliquem a nulidade dos mesmos para efeitos de avaliação junto do Conselho Pedagógico.

Julgamos ainda necessário dar cumprimento mais cabal ao disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 74.º-A do ECDU, e prever o disposto na alínea e) do mesmo n.º 2 do artigo 74.º-A, pelo que propomos que na vertente de investigação sejam considerados ainda: a) a obtenção de graus e títulos académicos; e b) os relatórios produzidos no cumprimento de obrigações do estatuto da carreira e a sua avaliação.

Solicitamos desde já que possa ser agendada uma reunião para apresentação de eventuais contributos complementares bem como para troca de impressões sobre o projeto de Regulamento aludido.

Com os melhores cumprimentos,

A DIREÇÃO



Professor Doutor António Vicente
Presidente da Direção

Faculdade de Farmácia

O artigo 74º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária, Decreto-Lei nº 205/2009, de 31 de Agosto, **alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de Maio**, determina que os docentes são sujeitos a um regime de avaliação de desempenho constante de regulamento a aprovar por cada instituição de ensino superior.

Na Universidade do Porto, o regulamento para avaliação de desempenho dos docentes, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 154, de 10 de Agosto de 2010, determina que será complementado em cada unidade orgânica por um regulamento específico.

Assim, em cumprimento do estipulado pelo artigo 3.º do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Universidade do Porto, é aprovado o *Regulamento de avaliação de desempenho dos docentes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto*, que se rege pelos artigos seguintes:

Justificação:

Importa referenciar as alterações parlamentares introduzidas ao ECDU pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio.

Regulamento de avaliação de desempenho dos docentes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto

Artigo 1º

Objecto e âmbito de aplicação

1 — O presente regulamento visa regulamentar as regras constantes no Capítulo III do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Universidade do Porto (doravante designado por RADUP), aprovado pelo Despacho nº 12912/2010, publicado no *Diário da República*, 2ª série, de 10 de Agosto de 2010, definindo os métodos e critérios, bem como os respectivos parâmetros e índices de ponderação, aplicáveis na avaliação de desempenho dos docentes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (adiante designada simplesmente por Faculdade ou FFUP).

2 — A tudo quanto diga respeito à avaliação dos docentes da FFUP e não se encontre previsto no presente regulamento é aplicável o disposto no RADUP, que aqui se dá por reproduzido na íntegra.

Artigo 2º

Avaliação quantitativa

1 — A avaliação de desempenho de cada docente faz-se através de avaliação curricular relativa ao desempenho do avaliado, nas quatro vertentes enunciadas no artigo 7.º do RADUP, durante o ano civil imediatamente anterior àquele a que respeita.

2 — Os critérios e parâmetros de avaliação quantitativos a considerar em cada uma das vertentes, bem como as categorias de enquadramento elegíveis dentro de cada parâmetro, constam dos Anexos 1 e 2 ao presente regulamento, conforme digam respeito à vertente de Investigação, Ensino, Transferência de conhecimento ou Gestão universitária, respectivamente.

3 — A pontuação a atribuir nas vertentes Investigação e Ensino corresponderá à média ponderada das valorações obtidas nos respectivos critérios, nos termos do n.º 6; a pontuação a atribuir nas vertentes Transferência de conhecimento e Gestão universitária resultará da soma da pontuação obtida nos respectivos parâmetros de avaliação.

4 — A valoração a considerar nos critérios definidos para as vertentes Investigação e Ensino resultará da soma ponderada da pontuação obtida nos respectivos parâmetros de avaliação.

5 — Para cada critério, a meta correspondente à valoração 100, a que se refere o n.º 4 do artigo 8º do RADUP, é fixada em 100 pontos, e a pontuação máxima admitida é fixada em 200 pontos, o tecto do critério, a que corresponde a valoração 200.

6 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º, a pontuação atribuída nas categorias de enquadramento elegíveis, constantes dos Anexos 1 e 2 ao presente regulamento, fica condicionada a limites máximos.

Artigo 3.º

Avaliação qualitativa

1 — Sem prejuízo dos casos de avaliação qualitativa obrigatória previstos no presente regulamento, é admitida a avaliação qualitativa para qualquer das vertentes sempre que o avaliador entende que o avaliado apresenta elementos/peças curriculares relevantes cujo enquadramento nas categorias elegíveis se revele inadequado e ou difícil ou que o avaliado o solicite.

2 — A avaliação qualitativa será expressa num valor pertencente ao intervalo de 0,75 a 1,25, nos termos definidos no n.º 9 do artigo 8º do RADUP, devendo o avaliador fundamentar devidamente a relevância dos elementos/peças para avaliação da vertente em causa, bem como a inadequação do seu enquadramento nas categorias elegíveis e/ou a dificuldade da respectiva quantificação ou objectivação.

Artigo 4.º

Investigação

1 — Na vertente Investigação, no parâmetro “Publicações” do critério “Produção científica”, as duas primeiras categorias de enquadramento – “Média anual do número de artigos completos indexados na PubMed ou ISIs no período relativo à avaliação como primeiro ou último autor” e “**Número de artigos** completos indexados na PubMed ou ISIs no período relativo à avaliação como co-autor (do segundo ao penúltimo)” – têm como limite máximo apenas o tecto do respectivo critério.

2 — A apresentação de peças curriculares admitidas nas categorias mencionadas no número anterior, bem como nas categorias do parâmetro “Participação em projectos científicos”, obriga a avaliação qualitativa na vertente Investigação, a qual será expressa num valor pertencente ao intervalo de 0,75 a 1,25, nos termos definidos no n.º 9 do artigo 8.º do RADUP, tendo como base o *ranking* das revistas em que os artigos completos são publicados e ou a relevância, para a FFUP, das fontes de receita geradas pelos projectos científicos em que participaram.

Justificação:

1. Para o parâmetro “Publicações” do critério “Produção científica”, são indicadas como categorias de enquadramento, e simplificando o redigido, a “Media anual” do número de artigos completos indexados como autor ou co-autor. Ora, tratando-se de uma avaliação que irá ser feita anualmente - pelo menos na sua aplicação inicial -,

como é que é possível indicar uma média anual? Julgamos de simplesmente adotar o “Número de artigos” no ano a que a avaliação respeita.

Comentário:

2. É referida a obrigatoriedade de uma avaliação qualitativa quer no que respeita a publicações, quer no que respeita a participação em projetos. Relativamente às publicações, terá por base “o ranking das revistas”, mas não indica qual o ranking a considerar, nem o parâmetro (Fator de impacto da revista? Quartil da revista?). Entendemos necessário fazer esta especificação.

No que concerne à participação em projetos, considerar “a relevância, para a FFUP, das fontes de receita geradas” parece-nos demasiado subjetivo e apenas o Diretor poderá aferir isso e terá de atender às circunstâncias financeiras do ano em avaliação, não se podendo ignorar que a transferência de verbas está dependente de terceiros. Julgamos de eliminar esta referência ou, em alternativa, encontrar uma alternativa que possa atender ao exposto.

Artigo 5.º

Gestão universitária

1 — É obrigatória a avaliação qualitativa na vertente Gestão universitária, a efectuar nos termos expressos no n.º 9 do artigo 8.º do RADUP, para todos os docentes que tenham exercido, no ano a que respeita a avaliação, cargos de gestão central, departamental, académica e ou científica da FFUP, e que tenham sido objecto de avaliação quantitativa em qualquer das categorias de enquadramento elegíveis do respectivo parâmetro constante do Anexo 1 ao presente regulamento.

2 — A avaliação qualitativa a que se refere o número anterior terá como base o grau de cumprimento dos objectivos fixados no plano de actividades da estrutura que o avaliado dirige ou coordena.

3 — O diretor da FFUP, é obrigatoriamente o avaliador dos docentes abrangidos pelo disposto no n.º 1 do presente artigo, podendo delegar essa função no subdiretor da FFUP, salvaguardado o disposto no n.º 1 do artigo 14.º do RADUP.

Artigo 6.º

Avaliação do desempenho do diretor da FFUP

1 — Para cumprimento da garantia conferida pelo n.º 14 do artigo 8.º do RADUP, o cargo de diretor da FFUP presume-se desempenhado a tempo inteiro e, como tal, sujeito a avaliação quantitativa apenas na vertente Gestão universitária, sendo-lhe atribuídos para o efeito 150 pontos.

2 — Nos termos no número 5 do artigo 14.º do RADUP, compete ao Conselho de Representantes avaliar a vertente de gestão universitária do director da FFUP, com base no grau de cumprimento dos objectivos fixados no plano de actividades e que são contratualizados em cada ano com a Reitoria da UP, e de harmonia com o disposto no n.º 9 do artigo 8.º do RADUP.

3 — Caso o diretor da FFUP tenha mantido as suas actividades de investigação e docência na FFUP, pode optar por ser avaliado nos termos dos números 1 e 2 do artigo 10.º do presente regulamento, desde que o reitor da UP, ou um avaliador por este nomeado de entre os elementos que compõem a equipa reitoral, aceite o encargo de o avaliar nas vertentes Investigação e Ensino, bem como Transferência de conhecimento, quando for o caso.

Justificação:

2. De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 14.º do RADUP a avaliação pelo Conselho de Representantes do diretor da FFUP é obrigatória e não facultativa.

Comentário

1. A atribuição de uma classificação automática ao diretor da FFUP não nos parece respeitar o disposto no ECDU, nomeadamente nas alíneas b) e l) do n.º 2 do Art.º 74º-A, pelo que deverá ser efetivamente realizada também para o diretor, tal como resulta, aliás, do disposto no n.º 14 do artigo 8.º do RADUP.

Artigo 7.º

Avaliadores

1 — Os avaliadores são nomeados pelo diretor da FFUP nos termos do artigo 14.º do RADUP de entre os superiores funcionais do avaliado e de categoria **superior ou** pelo menos igual à deste.

2 — Consideram-se superiores funcionais os diretores dos serviços, departamentos e unidades a que os docentes avaliados estão adstritos, bem como os regentes e responsáveis pelo ensino de unidades curriculares dos três ciclos de estudos a que os avaliados estão vinculados.

3 — Sempre que o superior funcional não detenha categoria igual ou superior à do avaliado, o diretor da FFUP nomeará outro avaliador de entre os docentes que preencham essa condição ou assume ele próprio o encargo de o avaliar, após audição do Conselho Pedagógico e do Conselho Científico,

4 — Os docentes que exerceram, no ano a que reporta a avaliação, cargos de gestão a que se refere o artigo 5.º, são avaliados pelo diretor da FFUP, podendo este delegar essa função no subdiretor da FFUP, salvaguardado o disposto no n.º 1 do artigo 14.º do RADUP.

5 — O avaliador pode, no âmbito das competências fixadas no n.º 3 do artigo 14.º do RADUP, solicitar ao avaliado as informações e esclarecimentos que considere relevantes para o respectivo processo de avaliação, **sempre que possível** devidamente comprovadas.

6 — O avaliado pode, no prazo de cinco dias úteis após tomar conhecimento do avaliador, desencadear um processo de recusa do avaliador, junto do diretor da FFUP, desde que baseado nos impedimentos previstos no Código de Procedimento Administrativo e que, sendo aceite, conduzirá à nomeação de outro avaliador.

Justificação:

1. Julgamos de prever que se tenha como regra que a categoria do avaliador seja superior à do avaliado, e só não sendo tal possível então de categoria igual.

5. Existem informações que a própria FFUP tem o dever de comprovar, tal como as relativas à atribuição de serviço letivo ou participação em júris, por exemplo, e que não caberá ao avaliado fazer prova das mesmas.

6. Importa fazer referência ao disposto no n.º 4 do Art.º 14º do RADUP.

Artigo 8.º

Início do processo

1 — O diretor da FFUP dá início ao processo desencadeando os procedimentos tendentes à constituição da comissão paritária, designadamente convocando o acto

eleitoral dos dois membros directamente eleitos pelos docentes e diligenciando junto dos presidentes dos conselhos científico e pedagógico no sentido de cada um destes órgãos proceder à eleição do respectivo vogal que o representa na comissão.

2 — Os procedimentos a que se refere o número anterior deverão estar concluídos até ao final do mês de Dezembro anterior ao início do processo de avaliação.

Artigo 9.º

Auto-avaliação

1 — A auto-avaliação tem como objectivo envolver o docente no processo de avaliação e concretiza-se mediante a inserção na ficha de avaliação dos elementos que o docente considere relevantes, bem como pela indicação dos elementos complementares da actividade desenvolvida em cada uma das vertentes de que tenha requerido avaliação qualitativa.

2 — A inserção e indicação dos elementos referidos no número anterior deve ser feita até 31 de Janeiro do ano subsequente ao do termo do ano em avaliação, sem prejuízo da obrigação de manter permanentemente actualizados os dados relevantes no módulo apropriado de sistemas de gestão de informação disponibilizado pela UP.

3 — O não fornecimento de informação relativamente a algum parâmetro de avaliação legitima a presunção de ausência de actividade relativamente a esse parâmetro.

Artigo 10.º

Avaliação final e resultado

1 — A avaliação final de cada vertente resulta do produto da avaliação quantitativa pela avaliação qualitativa, quando esta exista, ou simplesmente da avaliação quantitativa.

2 — Cada vertente tem um peso variável no cálculo da avaliação global final, consoante os modelos de cálculo aplicáveis nos termos do artigo anterior.

3 — A avaliação final é expressa em menções qualitativas, em função do número de pontos resultante da média ponderada da pontuação obtida em cada uma das vertentes, nos termos do n.º 1 do artigo anterior, de harmonia com a seguinte correspondência:

- a) Aos docentes com pontuação inferior a 100 pontos é atribuída a menção de Inadequado, correspondendo a uma classificação final de 1 ponto negativo;
- b) Aos docentes com pontuação igual ou superior a 100 pontos e inferior a 200, é atribuída a menção Suficiente, correspondendo a uma classificação final de 1 ponto;
- c) Aos docentes com pontuação igual ou superior a 200 pontos e inferior a 400, é atribuída a menção Relevante, correspondendo a uma classificação final de 2 pontos;
- d) Aos docentes com pontuação igual ou superior a 400 pontos é atribuída a menção de Excelente, correspondendo a uma classificação final de 3 pontos.

Artigo 11.º

Modelos para avaliação final

1 — A avaliação final do desempenho de cada um dos docentes de carreira da FFUP, dos docentes convidados em tempo integral e dos docentes contratados em regime de tempo parcial, resulta da média ponderada da avaliação obtida em cada uma

das vertentes nos termos do n.º 10 do artigo 8.º do RADUP, calculada a partir do modelo que seleccionado anualmente pelo avaliado, de entre a tipologia constante do Anexo 1 ao presente regulamento, sem prejuízo de a avaliação se cingir às vertentes a que o docente efectivamente **tenha estado** afecto.

2 — Aos docentes a que se refere o número anterior que desempenhem funções de gestão universitária na FFUP ou na UP estão vedados os modelos B, C e D

Justificação:

1. A avaliação reporta-se ao passado.

Artigo 12.º

Harmonização e validação

1 — A harmonização prevista e regulada, entre outros, pelo artigo 23.º do RADUP terá por base o percentil médio das avaliações da FFUP e do departamento a que está adstrito cada docente avaliado, calculado e determinado pelo diretor da FFUP e deverá ser proferida no prazo de 30 dias após a recepção das avaliações pelo diretor da FFUP.

2 — A inexistência da audiência prévia do avaliado prevista no artigo 22.º do RADUP, ou a falta de comprovativo de que tenha sido efectuada, determina a devolução do respectivo processo ao avaliador e a interrupção do prazo previsto no número anterior.

3 — A validação da avaliação pelo conselho científico, prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 23.º do RADUP, deverá ter lugar nos 30 dias subsequentes ao da remessa do processo pelo diretor da FFUP.

Artigo 13.º

Ponderação curricular sumária

À avaliação por ponderação curricular sumária a que se refere o artigo 6.º do RADUP é aplicável o disposto nos artigos 2.º e 10.º do presente regulamento, bem como os critérios, parâmetros e categorias de enquadramento, constantes do anexo 2 ao presente regulamento, respeitantes à avaliação quantitativa do desempenho dos docentes.

Artigo 14.º

Prémios de desempenho

1 — A atribuição dos prémios de desempenho previstos no n.º 2 do artigo 11.º do RADUP fica dependente da existência de verba inscrita para o efeito no orçamento do ano subsequente àquele a que respeitam.

2 — Cabe ao diretor da FFUP decidir, anualmente, sobre o montante da verba a que se refere o número anterior, tendo em conta os valores e limites impostos pelo citado n.º 2 do artigo 11.º do RADUP

3 — Até 31 de Julho de cada ano, havendo verba inscrita para o efeito no orçamento da FFUP, serão fixados, mediante despacho do diretor da FFUP, ouvido o conselho científico, os critérios para atribuição dos prémios relativos ao ano civil imediatamente anterior.

Artigo 15.º

Disposições finais e transitórias

1 — As dúvidas e omissões que surgirem no decurso da aplicação do presente regulamento serão resolvidas mediante despacho do diretor da FFUP, sendo os despachos publicados nos mesmos termos que o presente Regulamento.

2 — Os coeficientes de pontuação podem ser revistos anualmente, **devendo nessa situação ser sujeitos a audição sindical.**

3 — **A primeira avaliação, a realizar em 2015, dirá respeito às actividades desenvolvidas durante o ano de 2014, após o que será feita uma revisão do processo de avaliação, ouvidas as organizações sindicais, e será estabelecida a periodicidade que o mesmo terá nos anos seguintes.**

4 — **A avaliação dos desempenhos ocorridos entre os anos de 2004 a 2007 obedece às seguintes regras:**

- a) **O número de pontos a atribuir aos docentes é o de 1 por cada ano não avaliado, correspondendo à menção qualitativa de Suficiente;**
- b) **O número de pontos atribuído ao abrigo do presente artigo é comunicado pela FFUP a cada docente;**
- c) **Em substituição dos pontos atribuídos nestes termos, a requerimento do interessado, apresentado no prazo de dez dias úteis após a comunicação referida na alínea anterior, é realizada avaliação através de ponderação curricular sumária, nos termos previstos no artigo 13.º por avaliador nomeado pelo director da FFUP.**

5 — **A avaliação do desempenho dos anos de 2008 a 2013 é realizada nos termos do número anterior.**

6 — **A progressão no posicionamento remuneratório após a avaliação dos anos de 2004 a 2010 inclusive produz efeitos a partir do primeiro dia do ano a seguir ao qual foi alcançada a pontuação mínima necessária para a progressão.**

Justificação:

2. É legalmente necessária a audição sindical em tudo o que integre materialmente o regulamento de avaliação dos docentes como é o caso dos coeficientes de pontuação.

3, 4, 5 e 6. Atendendo à falta de legitimidade para a definição retroativa de objetivos, sugere-se que a avaliação em causa se inicie apenas em 2014, incluindo os anos de 2010 a 2013 no elenco daqueles que ficarão sujeitos a ponderação curricular, tal como tem vindo a ser adotado por diversas outras instituições. As associações sindicais são parceiros fundamentais no balanço do processo em causa pelo que importará ter em conta as suas posições. Decorre do apresentado no ponto I da comunicação.

Artigo 16.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da respectiva publicitação no Diário da República.

ANEXO 1

Tipologia da avaliação global final

Modelos - Vertentes	A	B	C	D	E
Investigação	35%	60%	40%	40%	40%
Ensino	35%	40%	60%	40%	40%
Transferência de conhecimento	15%	-	-	20%	-
Gestão universitária	15%	-	-	-	20%